

Resenha

Recebido: 29.05.2020

Aprovado: 30.05.2020

Publicado: 01.12.2020

DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v8i3.6982>

Como as democracias morrem

Bruno de Araujo Azevedo

Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6215-5281>

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

No livro “Como as democracias morrem”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores de ciência política na Universidade de Harvard apresentam, a partir de uma série de exemplos reais, ocorridos ao longo do último século, como democracias em estágios distintos de consolidação, foram desfeitas. *Outsiders* políticos que chegaram ao poder respeitando os ditames do sistema democrático, muitas vezes apoiados pelas elites políticas, se revelaram autocratas e subverteram os poderes constituídos. A obra guarda ordenada cadência de ideias, que proporciona uma leitura fluída e prazerosa. Conquanto grande parte da obra explore a história política norte americana, desde a fundação da república até a eleição de Donald Trump, o processo de construção da democracia de diversos outros países também é analisado, assim como os fatores disruptivos. Todo esse comparativo contribui para a compreensão do tema, bem como possibilita o estabelecimento de uma ponte com a atual conjuntura política brasileira.

Dentre vários outros aspectos, é possível identificar a verossimilhança do atual governo brasileiro com as práticas antidemocráticas de vários *outsiders* políticos mundiais, muito embora, em recente entrevista, Levitsky tenha considerado o presidente brasileiro como uma ameaça fraca à democracia¹. Ao mesmo tempo em que se detecta a prática do “jogo duro constitucional”, por meio do qual a oposição abusa de suas

¹ JORDÃO, Fernando. Autor de ‘Como as democracias morrem’: “Bolsonaro é um risco, mas é fraco”. **Correio Braziliense Política**, 26.05.2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/26/interna_politica,858455/autor-de-como-as-democracias-morrem-bolsonaro-e-um-risco-mas-e-fraco.shtml. Acesso em: 25 de maio de 2020.

prerrogativas constitucionais – oportunizando a comparação com o governo Dilma Rousseff – assim como a abdicação, na qual o Poder Legislativo se abstém da prática de seus deveres constitucionais priorizando a defesa do Poder Executivo – viabilizando a analogia com o governo Michel Temer.

A *contrário sensu* de uma luta armada contra os poderes vigentes, com grande frequência, o controle do poder estatal chega às mãos de um autocrata por meio da condescendência dos políticos do *establishment*, a despeito do desprezo que lhes nutrem. Seja por apoio político, seja por nomeação direta para algum cargo de expressão, quase sempre, esse apoio tem a finalidade de se aproveitar de seus altos índices de popularidade, muitas vezes atingida em momentos de crise econômica e insatisfação popular.

Entretanto, ao longo da história, algumas democracias resistiram aos autocratas em potencial, mantendo-os fora do poder. Possivelmente, por terem enxergado os vários sinais de alerta do autoritarismo, tendo em vista que vários desses *outsiders*, antes de se submeterem à via eleitoral, se insurgiram contra o sistema democrático. Mussolini, Hitler, Chávez e Perón, todos eles estiveram envolvidos em golpe ou tentativa de golpe contra os seus governos.

Nos Estados Unidos, primeiro sistema presidencialista do mundo, há o surgimento de várias figuras políticas com perfil autoritário no decorrer da história, tendo sido vencidos democraticamente, muito mais pela atuação dos partidos políticos do que pelo comprometimento e sensatez da população.

O constituinte norte americano projetou um sistema eleitoral capaz de eleger como presidente, um representante que reflita a vontade do povo, mas, por não confiar plenamente na capacidade do povo para essa escolha, tornou os partidos políticos, uma espécie de “guardiões da democracia”, a quem recai a tarefa de encontrar um equilíbrio satisfatório, uma vez que estes são os responsáveis pela seleção dos candidatos presidenciais por meio das convenções partidárias. Devem, portanto, manter os extremistas longes do sistema político, o que aconteceu em diversas ocasiões.

Ressalte-se que, por sua própria natureza, o sistema democrático é ineficaz na proscricção de autoritários em potencial. Assim, os autores apontam um conjunto de possíveis sinais que auxiliam no reconhecimento de um demagogo: rejeição, em palavras ou ações, às regras democráticas; negação da legitimidade de seus oponentes; tolerância com a violência; e disposição para restrição de liberdades civis e da mídia. Em graus variados, todos os autoritários citados anteriormente, apresentaram esses sinais que o apontavam como tal.

Um possível responsável pelo surgimento recente e ascensão de autoritários, citado na obra foi o surgimento da mídia alternativa, especificamente, redes sociais e canais fechados de notícias, que facilitam o contato direto com o público, prescindindo de canais oficiais de comunicação e dificultando a rejeição de candidatos extremistas.

Assim foi a eleição de Donald Trump, que não tinha o apoio de nenhum governador, senador ou congressista republicanos em exercício, mas valendo-se de seu status de celebridade, e de suas qualidades voltadas à era digital, fez uso da mídia direta, conquistando assim, o apoio popular. Até mesmo a velha mídia lhe serviu de impulso nesse processo. Cada controvérsia criada por Trump lhe rendeu cobertura

gratuita, até mesmo dos veículos contrários à sua candidatura, chegando a ser citado por eles, duas vezes mais do que sua adversária nas eleições gerais.

Nunca anteriormente um presidente dos Estados Unidos fora eleito sem antes ter exercido um cargo eletivo ou de gabinete. Contudo, sua inexperiência no campo político, sua demagogia, sua visão extremista, sua exaltação a ditadores, todas estas características eram entendidas por seus apoiadores como “meras palavras”, sendo por eles considerado, um candidato sério, mas não literal. Muito embora tenha se enquadrado nas quatro características, anteriormente citadas, de um autoritário em potencial, durante a campanha presidencial.

Durante o seu primeiro ano de mandato, nenhuma extrapolação de limites das grades de proteção da democracia chegou a se configurar. Porém, Trump pode ser visto como uma ameaça em situações extremas, a exemplo de crise econômica e de segurança nacional, mormente porque o povo se torna mais propenso à tolerância de medidas autoritárias quando teme por sua própria segurança. Ademais, nenhum outro presidente norte americano violou tantas regras não escritas em tão pouco tempo.

Diante de reiteradas violações de normas legais e mesmo comportamentais a sociedade vai sendo sobrepujada, redefinindo seus limites de tolerância e, conseqüentemente, vai sendo dessensibilizada, tratando naturalmente aquilo que antes era considerado ofensa grave.

Existem duas razões para a entrega do poder a um candidato antidemocrático. A primeira é a crença de que ele poderá ser domado quando necessário, e a segunda é por arranjo ideológico, quando, embora antidemocrático, seu projeto político é preferível aos demais. Contudo, os autores aduzem que o establishment tem o dever de defender as instituições democráticas, mesmo que seja necessária uma junção temporária de forças com rivais políticos, como nos casos da Áustria, em 2016 e da França em 2017. Em outras palavras, perder a democracia é pior do que perder uma eleição.

Muitas vezes, autoritários eleitos implodem as instituições democráticas num ato único, porém, com maior frequência, acontece de maneira lenta e imperceptível. O processo vai sendo desenvolvido com um ato de cada vez, fazendo com que cada ato, tomado individualmente, seja insignificante. O povo continua enxergando uma legalidade ilusória, visto que as eleições ainda existem, jornais independentes ainda circulam, ao mesmo tempo em que vão sendo praticados os atos em detrimento da democracia sob o argumento de que se está combatendo a corrupção, garantindo a segurança nacional ou aperfeiçoando o sistema democrático.

Também com frequência, os autoritários não planejaram subverter a democracia, tendo resultado de uma sequência não antecipada de acontecimentos, a exemplo de Hugo Chávez, na Venezuela, Rafael Correa, no Equador e Alberto Fujimori, no Peru. Todos atribuíram os reveses políticos sofridos no seu governo ao Parlamento, ao Judiciário, e a Jornalistas, tomando-os por inimigos e até terroristas. Na subversão da democracia, quase sempre é utilizado o discurso do sacrifício em nome dela, ou que se está travando uma luta contra a corrupção.

Na verdade, os autores explicam, esses autoritários em potencial têm dificuldade de se submeter às regras do sistema democrático. Diferentemente de um órgão militar, que pode ser comandado por meio de ordens inquestionáveis, a democracia exige acordos, conciliações e, principalmente, concessões. Muitos atos de governo são contidos pelo sistema de freios e contrapesos. A isso, os democráticos reagem de forma sensata, por entenderem que faz parte da democracia. Por outro lado, os demagogos, se sentem frustrados e buscam meios de se libertar das amarras democráticas, muitas vezes alterando as regras constitucionais vigentes, tornando-as favoráveis ao seu intento.

Nesse ponto, os autores destacam os esforços empenhados pelos autoritários contemporâneos, que praticam uma espécie de repressão velada sobre os supostos inimigos, políticos de oposição, juízes, empresários e, mais especificamente, a mídia – quase sempre acusada de ser corrupta – que teria como único objetivo a derrubada do governo. Na Venezuela chegou-se ao absurdo de prender um líder da oposição, por incitação subliminar à violência. Além de vários outros países que tiveram importantes meios de comunicação dizimados por autocratas, o que, frequentemente serve de alerta para que outros veículos pratiquem a autocensura.

Se por meio do voto popular não se garante a manutenção da democracia, bem como os partidos políticos não a defendem como deveriam, então de qual proteção ela dispõe? Diante dessa questão, os autores se perguntam se as constituições são instrumentos hábeis a salvaguardar a democracia de sua derrocada. Baseando-se na experiência norte americana, apontam que a constituição, vigente desde 1787, várias vezes foi utilizada em prol da democracia. Contudo, concluem que a constituição, por si só, não é suficiente, visto que, vários países na América Latina promulgaram constituições, quase que integralmente idênticas à norte americana e falharam, sucumbindo a guerras civis e ditaduras.

Dessa forma, é proposto na obra ora analisada que o que sustenta a democracia, mais do que a própria constituição, é o conjunto de normas democráticas fortes, sobretudo as não escritas, capazes de assegurar, dentre outras virtudes, a tolerância mútua e a reserva institucional. A primeira diz respeito ao reconhecimento da legitimidade dos oponentes políticos, ao considerar que a transitoriedade e a democracia são indissociáveis. A segunda endossa que é necessário evitar ações que, malgrado estejam de acordo com a letra da lei, notoriamente, venham a ferir o seu espírito.

Deve haver comedimento ao se praticar prerrogativas constitucionais, evitando-se levá-las ao limite, atitude que poder evoluir para um colapso democrático. Na política norte americana, por mais de um século, esse comedimento foi uma prática habitual e espontânea, cenário que tem sofrido mudanças relativamente recentes, quando não só a legitimidade da oposição passou a ser questionada, como os acordos bipartidários do Poder Legislativo, com certa frequência, foram substituídos por abusos das prerrogativas constitucionais. Outro exemplo mais recente foi uso – marcando a ousadia sem precedentes de Donald Trump – do perdão presidencial em favor de um aliado político em 2017.

Os autores concluem a obra afirmando que, para salvar a democracia, a todo instante, a luta contra o autoritarismo deve se basear, bem como utilizar somente meios democráticos. O discurso de que a derrubada de um autocrata ou autoritário em potencial deve se utilizar de qualquer meio necessário, pode

agravar ainda mais as ameaças ao sistema democrático, visto que, além de desgastar o apoio público da oposição, pode servir de munição para que o governo não só questione suas credenciais democráticas, como também justifique – sob a paradoxal alegação de defesa da democracia – a prática de repressões. Em outras palavras, “a cura para os males da democracia é mais democracia”.

Até mesmo o êxito da oposição proporcionaria uma herança democrática frágil e desacreditada. Além disso, deve haver uma tentativa de minimizar a polarização partidária extrema, o que tende a agravar o colapso da democracia, sobretudo porque, na maioria das vezes, a polarização tem raízes mais profundas do que a política. Questões sociais, raciais, dentre outras, fazem com que os cidadãos se dividam politicamente, quando, muitas vezes os partidos defendem ideias com intenções unicamente populistas.

Referências

JORDÃO, Fernando. Autor de ‘Como as democracias morrem’: ‘Bolsonaro é um risco, mas é fraco’. **Correio Braziliense Política**, 26.05.2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/26/interna_politica_858455/autor-de-como-as-democracias-morrem-bolsonaro-e-um-risco-mas-e-fraco.shtml>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.